

ÍNDICE ANALÍTICO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I

NOÇÕES PRELIMINARES

1.	Interesse	25
2.	Conflito de interesses	26
3.	Direito objetivo	27
4.	Relação jurídica	28
5.	Sanções	29
6.	Direito subjetivo; obrigação	29
7.	Sujeitos e objeto da relação jurídica	30
8.	Lide; pretensão	31
9.	Processo	31

CAPÍTULO II

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

10.	Processo	33
11.	Direito processual	35
12.	Divisões do direito processual	36
13.	Direito processual civil	37
14.	Caráter do direito processual civil	39
15.	Autonomia do direito processual civil	40
16.	Relações do direito processual civil com outros ramos do direito	41
17.	Finalidade do direito processual civil	43



CAPÍTULO III
LEI PROCESSUAL

18.	Classificação das leis	45
19.	Leis processuais	46
20.	Natureza das leis processuais	48

CAPÍTULO IV
DAS LEIS PROCESSUAIS NO TEMPO E NO ESPAÇO

21.	O problema	51
-----	------------------	----

I

22.	Princípio da irretroatividade das leis	52
23.	O princípio da irretroatividade e as leis processuais	53
24.	As leis processuais no tempo	53
25.	Processos findos	55
26.	Processos a serem iniciados	55
27.	Processos pendentes	56

II

28.	Da lei processual no espaço	56
29.	Princípio da territorialidade das leis processuais	57
30.	Prova dos fatos ocorridos no estrangeiro	58
31.	Cooperação judicial internacional	58

CAPÍTULO V
EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO CIVIL

I

32.	Introdução	59
33.	Processo romano	60
34.	Processo romano-barbárico	66
35.	Processo comum	68
36.	Código de Processo Civil francês	69
37.	Processo civil na Alemanha e Áustria	70

II

38.	O processo na Península Ibérica	71
39.	Processo português até a Independência do Brasil	72
40.	O processo civil no Brasil, durante o Império	73
41.	O processo civil na República, até a Constituição de 1934	75
42.	Da Constituição de 1934 aos dias de hoje	77

DA JURISDIÇÃO E DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

CAPÍTULO VI

JURISDIÇÃO

43.	Funções do Estado	89
44.	Jurisdição	91
45.	Distinção entre as funções do Estado	93
46.	Tutela jurisdicional e modos de exercê-la	94
47.	Poderes compreendidos na jurisdição	95
48.	Princípios fundamentais da jurisdição	96

CAPÍTULO VII

ESPÉCIES DE JURISDIÇÃO. JURISDIÇÃO CIVIL

49.	Unidade da jurisdição	97
50.	Espécies de jurisdição	98
51.	Jurisdição civil	100
52.	Jurisdição contenciosa	100
53.	Jurisdição voluntária	101
54.	Categorias dos atos de jurisdição voluntária	104
55.	Distinção entre jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	104

CAPÍTULO VIII

ÓRGÃOS DA JURISDIÇÃO

56.	Poder Judiciário — sua função específica	107
57.	Outras funções do Poder Judiciário	108
58.	Órgãos do Poder Judiciário	109
59.	Supremo Tribunal Federal	110
59-A.	Conselho Nacional de Justiça	110

60.	Superior Tribunal de Justiça	111
61.	Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais	111
62.	Tribunais e Juízes do Trabalho	112
63.	Tribunais e Juízes Eleitorais	114
64.	Tribunais e Juízes Militares	115
65.	Tribunais e Juízes dos Estados	115
66.	Órgãos Federais e Órgãos Estaduais	116

CAPÍTULO IX

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

I

67.	Conceituação da matéria	117
68.	Conteúdo da organização judiciária	119
69.	Normas de organização judiciária	120

II

70.	Unidade ou duplo grau de jurisdição	120
71.	Composição dos juízos e tribunais	121
72.	Constituição da magistratura	122
73.	Escolha e nomeação dos juízes	122
74.	Ingresso e acesso na magistratura	125
75.	Órgão Especial do Tribunal de Justiça	127

III

76.	Independência do Poder Judiciário	128
77.	Independência jurídica do juiz	128
78.	Independência política do juiz	129
79.	Vencimentos dos juízes e vantagens pecuniárias	132
80.	Autogoverno da magistratura	133

CAPÍTULO X

ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL

81.	Órgãos da Justiça Federal	135
82.	Supremo Tribunal Federal	136
82-A.	Conselho Nacional de Justiça	136
83.	Superior Tribunal de Justiça	138
84.	Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais	139

85.	Organização da Justiça do Trabalho	140
86.	Organização da Justiça Eleitoral	142
87.	Organização da Justiça Militar	143

CAPÍTULO XI

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

88.	Organização das justiças locais	145
88-A.	Alterabilidade das leis de organização judiciária	146
88-B.	Órgãos da justiça local de São Paulo	146
89.	Carreira da magistratura	146
89-A.	Comarcas, circunscrições, entrâncias, classificação dos juízes	148
89-B.	Distribuição dos juízes pelas comarcas	149
90.	Órgãos de segundo grau	149
91.	Tribunal de Justiça	149
92.	Tribunais de Alçada	151
93.	Justiça Militar do Estado	151

CAPÍTULO XII

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

94.	Ministério Público	153
94-A.	Evolução histórica	155
95.	Funções do Ministério Público	156
96.	Garantias do Ministério Público	157
97.	Organização do Ministério Público Federal	157
98.	Organização do Ministério Público do Estado de São Paulo	158
99.	Advocacia-Geral da União	160
100.	Advocacia e Defensoria Pública	161
100-A.	Da Defensoria Pública.....	161
100-B.	Da Defensoria Pública do Estado de São Paulo	162

CAPÍTULO XIII

AUXILIARES DA JUSTIÇA

101.	Órgãos principais e órgãos auxiliares	167
102.	Classificação dos órgãos auxiliares	168
103.	Os chamados órgãos do foro extrajudicial	170
104.	Auxiliares da justiça	171
105.	Órgãos de encargo judicial	173

DA AÇÃO

CAPÍTULO XIV

DA AÇÃO

106.	Ação, jurisdição, processo	177
107.	Natureza jurídica da ação	181
108.	Doutrina civilista	181
109.	Teoria de Muther	182
110.	Teoria do direito concreto à tutela	182
111.	Teoria da ação como direito potestativo	183
112.	Teoria da ação no sentido abstrato	184
113.	Ainda a teoria da ação no sentido abstrato: Betti	187
114.	Ainda a teoria da ação no sentido abstrato: Carnelutti	187
115.	Outras teorias	189
116.	Apreciação das várias teorias	190
117.	Conceito de ação	191

CAPÍTULO XV

ELEMENTOS DA AÇÃO

118.	Individualização das ações	195
119.	Importância do problema	197
120.	Partes	197
121.	Objeto da ação	197
122.	Causa de pedir	198
123.	Identificação das ações	199

CAPÍTULO XVI

CONDIÇÕES DA AÇÃO

124.	Conceito	201
125.	Condições da ação e pressupostos processuais	203
126.	Quais são	203
127.	Possibilidade jurídica	204
128.	Interesse de agir	204
129.	Qualidade para agir	205
130.	Carência da ação	205

CAPÍTULO XVII
CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES

131. Plano do Capítulo 207

I

132. Classificação das ações quanto à providência jurisdicional 209
133. Ações de conhecimento 210
134. Ações meramente declaratórias 211
135. Ações condenatórias 213
136. Ações constitutivas 214
137. Ações executivas 215
138. Ações cautelares 216

II

139. Outras classificações 217
140. Ações quanto ao direito reclamado 217
140-A. Ações quanto ao direito reclamado (individual ou coletivo)..... 219
141. Ações segundo seu objeto 220
142. Ações quanto ao seu fim 221

CAPÍTULO XVIII
CONCURSO E CUMULAÇÃO DE AÇÕES

143. Distinções 223

I

144. Concurso de ações 225
145. Conceito e aplicação do concurso de ações 225
146. A regra e as exceções 226

II

147. Cumulação de ações 227
148. Fundamento da cumulação de ações 227
149. Espécies de cumulação 228
150. Condições da cumulação de ações 228
151. Momento da cumulação 229
152. Ação de reconvenção 230

DA COMPETÊNCIA

CAPÍTULO XIX

COMPETÊNCIA. SEUS CRITÉRIOS DETERMINATIVOS

153.	Conceito de competência	233
154.	Competência interna e competência internacional	235
155.	Crítérios determinativos da competência	237
156.	Crítério objetivo	238
157.	Crítério territorial	240
158.	Crítério funcional	240
159.	Fontes normativas da competência	241

CAPÍTULO XX

DETERMINAÇÃO DA COMPETÊNCIA:

a) CRITÉRIO OBJETIVO

160.	Recapitulação	244
161.	Crítério objetivo	245

I

162.	Competência em razão da matéria	245
163.	Competência em razão da matéria do Supremo Tribunal Federal	245
164.	Competência em razão da matéria do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais.....	246
165.	Competência em razão da matéria dos tribunais locais de segundo grau	246
166.	Competência em razão da matéria dos juízes de primeiro grau, na Justiça Federal	248
167.	Competência em razão da matéria dos juízes locais de primeiro grau	248

II

168.	Competência em razão das condições das pessoas	250
169.	Competência em razão das pessoas, do Supremo Tribunal Federal	250

170.	Competência em razão das pessoas, do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais	251
171.	Competência em razão das pessoas, dos tribunais locais de segundo grau	251
172.	Competência em razão das pessoas, dos juízes federais de primeiro grau	252
173.	Competência em razão das pessoas, dos juízes de primeiro grau, na justiça local	253

III

174.	Competência em razão do valor da causa	254
175.	Causas alheias à competência em razão do valor	255
176.	Da alçada no Estado de São Paulo	256

CAPÍTULO XXI

DETERMINAÇÃO DA COMPETÊNCIA:

b) CRITÉRIO TERRITORIAL

177.	Critério territorial	260
------	----------------------------	-----

I

178.	Competência territorial geral	260
179.	Foro	261
180.	Domicílio, residência	262
181.	Foro geral e foros supletivos do geral	264
182.	Pluralidade de réus e de domicílios	265
183.	Foro da sucessão	266
184.	Do foro nas ações contra o ausente	267

II

185.	Competência especial de foro	267
186.	Competência em razão da situação da coisa	268
187.	Competência especial de foro em razão da pessoa	269
188.	Foro competente nas ações contra o incapaz	269
189.	Foro competente da União e Territórios	269
190.	Foro competente das pessoas jurídicas e sociedades	270
191.	Foro competente nas ações de separação, divórcio e anulação de casamento	271
192.	Foro competente na ação de alimentos	271



193.	Competência de foro em razão dos atos ou fatos	272
194.	Competência para a ação de anulação de títulos extraviados ou destruídos	272
195.	Foro competente para a ação em que se exige o cumprimento de obrigação	273
196.	Foro competente para as ações de reparação de dano	273
197.	<i>Forum gestae administrationis</i>	274
198.	Foro competente para a arbitragem	274
199.	Foro do contrato	275

CAPÍTULO XXII

DETERMINAÇÃO DA COMPETÊNCIA:

c) CRITÉRIO FUNCIONAL

200.	CrITÉrio funcional	277
201.	Competência funcional no plano horizontal	278
202.	Competência funcional no plano vertical	280
203.	Competência funcional	282

CAPÍTULO XXIII

COMPETÊNCIA ABSOLUTA E COMPETÊNCIA RELATIVA

204.	Noções introdutórias	283
205.	Distinção entre competência absoluta e competência relativa	284
206.	Distribuição das competências entre as absolutas e as relativas	287
207.	Particularidade da competência em razão do valor	288

CAPÍTULO XXIV

COMPETÊNCIA:

- a) PREVENÇÃO; b) CONEXÃO; c) CONTINÊNCIA;
d) PRORROGAÇÃO DA COMPETÊNCIA;
e) PERPETUAÇÃO DA JURISDIÇÃO

208.	Matéria do Capítulo	289
------	---------------------------	-----

I

209.	Prevenção	290
------	-----------------	-----

II

210.	Conexão de causas	293
211.	Causas conexas	294
212.	Continência	296
213.	Efeito da conexão e da continência	297

III

214.	Prorrogação da competência	297
215.	Prorrogação tácita	298
216.	Prorrogação legal	299

IV

217.	Perpetuação da jurisdição	301
------	---------------------------------	-----

DO PROCESSO

CAPÍTULO XXV

DO PROCESSO

218.	Conceito de processo	305
219.	Objeto do processo	307
220.	Tipos de processo	308
221.	Natureza jurídica do processo	309
222.	Relação jurídica processual	310

CAPÍTULO XXVI

ATOS PROCESSUAIS

223.	Noções introdutórias	313
224.	Significados do vocábulo <i>ato</i>	315
225.	Conceito de ato processual	315
226.	Caracteres dos atos processuais	316
227.	Forma dos atos processuais	316
228.	Classificação dos atos processuais	321
229.	Dos atos das partes e sua classificação	321
230.	Dos atos dos órgãos jurisdicionais e sua classificação	322
231.	Dos atos dos auxiliares da justiça e sua classificação	324
232.	Termos processuais	326

233.	Forma dos termos	327
234.	Termos prejudiciais	329
235.	Termos de andamento	329
236.	Autos	330

CAPÍTULO XXVII

O TEMPO NO PROCESSO

237.	Noções introdutórias	333
238.	Princípio da paridade de tratamento	334
239.	Princípio da brevidade	336
240.	Do tempo no processo	336
241.	Princípios informativos da teoria dos prazos	339
242.	Princípio da utilidade	339
243.	Princípio da continuidade	342
244.	Princípio da inalterabilidade	342
245.	Princípio da peremptoriedade	344
246.	Princípio da preclusão	344
247.	Classificação dos prazos	345
248.	Contagem dos prazos	347
249.	Determinação do termo inicial	348
250.	Da verificação dos prazos e das penalidades	350

CAPÍTULO XXVIII

RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL

251.	<i>Iudicium</i>	353
252.	Relação jurídica processual	355
253.	Caracteres da relação processual	355
254.	Elementos da relação processual	357
255.	Sujeitos da relação processual	358

CAPÍTULO XXIX

PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

256.	Constituição da relação processual	361
257.	Desenvolvimento da relação processual	363
258.	Pressupostos processuais	363

259.	Quais são os pressupostos processuais	364
260.	Inexistência de fatos impeditivos	365
261.	Subordinação do procedimento à lei	365

CAPÍTULO XXX

DO JUIZ. SEUS PODERES E DEVERES

262.	Do juiz	367
263.	Do juiz na relação processual	369
264.	Classificação dos poderes do juiz	370
265.	Poderes ordinatórios	372
266.	Poderes instrutórios	374
267.	Poderes finais	375
268.	Deveres do juiz	375

CAPÍTULO XXXI

PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS REFERENTES AO JUIZ

269.	Pressupostos processuais referentes ao juiz	377
270.	Órgão jurisdicional	378
271.	Órgão competente	379
272.	Imparcialidade	379

CAPÍTULO XXXII

PARTES. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL

273.	O problema do conceito de parte e sua importância	383
274.	Conceito tradicional de parte	385
275.	Conceito moderno de parte	386
276.	Nomenclatura	387
277.	Princípios atinentes às partes	388
278.	Substituição processual	389

CAPÍTULO XXXIII

PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS REFERENTES ÀS PARTES

279.	Quais são	391
------	-----------------	-----

I

280.	Capacidade de ser parte	392
------	-------------------------------	-----

II

281.	Capacidade de estar em juízo	393
282.	Quanto às pessoas naturais	393
283.	Absolutamente incapazes	394
284.	Relativamente incapazes	394
285.	Capacidade processual das pessoas casadas	396
286.	Representante judicial de incapazes; curador especial	397
287.	Intervenção do Ministério Público	397
288.	Falta de capacidade processual; consequências	398
289.	Capacidade processual plena	398
290.	Pessoas jurídicas	399
291.	Partes formais	399

III

292.	Capacidade postulatória	400
------	-------------------------------	-----

CAPÍTULO XXXIV

REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL

I

293.	Representação	401
294.	Representação processual	404

II

295.	Capacidade postulatória	405
296.	<i>Ius postulandi</i>	406
297.	Titulares do direito de postular	407
298.	Mandato judicial	407

III

299.	Do advogado e da advocacia	410
300.	Ordem dos Advogados	412
301.	Deveres e direitos dos advogados	415